

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.244 - SC (2019/0302158-6)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
VANESSA MORITZ LUZ - MT023305B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ANDERSON MAURICIO CRUZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar, deduzido em sede **habeas corpus**, impetrado em benefício de **ANDERSON MAURICIO CRUZ**, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**.

Ressai do procedimento que o paciente foi condenado às penas de 06 (seis) anos e 06 (seis) meses de reclusão, em regime inicialmente semiaberto, e 13 (treze) dias-multa, por infração aos arts. 157, parágrafo 2º, incisos II e V, do Código Penal e 244-B, da Lei n. 8.069/90.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação ao Tribunal de origem, que negou provimento ao apelo, nos termos do acórdão juntado às fls. 681-707.

No presente **writ**, o impetrante sustenta constrangimento ilegal na dosimetria da pena, sob a premissa de que a fração aplicada na terceira fase da dosimetria da sanção, careceria de fundamentação concreta, tendo sido determinada apenas em razão da quantidade de majorantes, em desacordo com a **Súmula 443/STJ**.

Requer, ao final, a concessão da liminar, para suspender os efeitos da condenação, até o julgamento definitivo deste **writ** (fls.3-12).

É o breve relatório. Decido.

Superior Tribunal de Justiça

O col. Pretório Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso pertinente. As Turmas que integram a Terceira Seção desta Corte alinharam-se a esta dicção, e, desse modo, também passaram a repudiar a utilização desmedida do **writ** substitutivo em detrimento do recurso adequado. Entretanto, no caso de flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, a jurisprudência recomenda a concessão da ordem de ofício.

Compulsando os autos, denota-se que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, não restando configurada, **de plano**, flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Na hipótese, não foi considerado somente o critério numérico das majorantes como alega o impetrante, mas houve a devida fundamentação concreta, lastreada na periculosidade evidenciada pelo modus operandi do crime, em consonância com a jurisprudência deste Tribunal Superior.

Assim, nos limites da cognição **in limine**, ausentes os indícios para a configuração do **fumus boni iuris**, a **quaestio** deverá ser apreciada após uma verificação mais detalhada dos dados constantes dos autos.

Denego, pois, a liminar.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator